

Metajornalismo do discurso normativo à autorreferencialidade como condição ética

MADALENA OLIVEIRA

Professora

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

madalena.oliveira@ics.uminho.pt



iscutir o jornalismo como uma atividade normalizada, socialmente reconhecida e regulada, supõe entender e problematizar a sua natureza e a sua condição de narrativa sobre a vida. Embora não seja possível voltar a um ponto zero a partir do qual a história do jornalismo possa ser contada, será consensual o entendimento de que, enquanto discurso sobre o que acontece, a notícia foi sempre adjacente a um princípio de verdade. Será essa, com efeito, a sua norma fundadora, de onde partimos neste artigo para compreender as representações que tanto a opinião pública como o discurso científico fazem hoje do jornalismo e dos jornalistas.

Sem pretensões de carácter empírico, o argumento apresentado neste texto apropria-se da ideia de “falácia descritiva” defendida por John L. Austin em *How to do things with words* (1986) para reconhecer ao jornalismo o estatuto de agente social e cultural. Com um quadro teórico que convoca *insights* do domínio das teorias do discurso e da linguagem e contributos do campo da sociologia do jornalismo, o *leit-motiv* do artigo sedimenta na biografia do ofício a ideia de que o desenvolvimento da profissão é concomitante ao espessamento do discurso normativo sobre um *dever-ser*. No contra-argumento, insistimos na convicção de que o jornalismo sobre o jornalismo desagrava o acento na norma, favorecendo uma compreensão integrada dos contextos da ação comunicativa.

Pour citer cet article

Référence électronique

Madalena Oliveira, « Metajornalismo. Do discurso normativo à autorreferencialidade como condição ética », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

A VERDADE COMO NORMA DA NOTÍCIA

Há na história da comunicação uma dificuldade natural de datar o início da atividade jornalística, enquanto dinâmica de partilha e difusão de informação respeitante ao quotidiano. Seria, na verdade, redutor fazer coincidir este início com o aparecimento dos primeiros jornais periódicos (a partir do século XVII) ou mesmo com a introdução da técnica de imprensa de tipos móveis desenvolvida por Gutenberg por volta de 1454. Wilbur L. Schramm reconhece que “já havia notícias antes de haver jornais”, porque “a fome por notícias é tão antiga quanto a própria humanidade” (Schramm, 1988: 149). Considerada fundamental à gestão da vida das comunidades, desde logo pelas questões de sobrevivência e de segurança, a circulação de informação não é, por isso, um sucedâneo de invenções técnicas. Ela é, em si, uma necessidade vital à administração das relações em sociedade, estando, ao invés, na origem de todo o percurso criativo e inventivo das tecnologias de comunicação.

Desde as tribos primitivas, cujos “vigilantes” funcionavam como uma espécie de repórteres que relatavam a todos as “novas” sobre as possibilidades de comida e as ameaças à proteção do grupo, até aos viajantes que contavam nas cidades onde chegavam as novidades dos lugares de onde vinham e vice-versa (Schramm, 1988), a ação narrativa sobre o presente é, na realidade, anterior ao próprio suporte escrito. Em rigor, seria, por isso, necessário regressar a este passado pré-imprensa para compreender não só a relevância social do jornalismo como também a ética inerente à produção de registos sobre “a vida que acontece”. Com efeito, respeitando a novidade e a verdade como normas reguladoras da informação propagada, os portadores de notícias que antecederam os jornalistas estão, com propriedade, na origem do atual entendimento de que o ato de relatar não é inconsequente.

A perseguição do mensageiro, tantas vezes descrita na história da humanidade, denota um reconhecimento de que há na informação veiculada uma dimensão performativa, isto é, que *fazer notícia* não se resume a *referir* ou *constatar*. Neste pressuposto, *dar expressão à novidade* não se confina à ação de *revelar*. Na ideia de revelação vive a convicção de um *dar a conhecer a verdade* como algo pré-existente, que é o mesmo que dizer como um *a priori transcendental*. É esse o sentido que subjaz à narrativa evangélica, cuja *boa nova* revela a *verdade de Deus*, uma verdade que transcende o próprio sentido do humano. Recusando, contudo, o idealismo intrínseco a esta abordagem que inscreve a informação numa lógica de dogma, a compreensão pragmática deste *dar expressão à novidade* imprime na ação in-

formativa um caráter constitutivo do próprio sentido de *verdade*. Informar não é, então, apenas o ato de transmitir algo que é anterior, mas antes o ato de viabilizar a construção de sentidos. Há na informação um confronto com o real, com a experiência, com o circunstancial que tem um potencial criador e não um mero poder revelador. A revelação dá existência porque torna conhecido o que já está constituído. A notícia, porém, dá existência na medida em que se estabelece como o próprio ato de constituir a partir do qual se produz o constituído.

É neste entendimento de que a notícia tem, no fundo, um poder transformador que radica os mais antigos mecanismos de controlo da circulação de informação. De acordo com Jeanneney, a história da informação conta-se, por isso, “entre o desejo de dissimular as notícias que possuímos e a aspiração de conhecer e de tornar conhecidas aquelas de que os outros dispõem” (Jeanneney, 1996: 16). Implícita neste interesse estará naturalmente desde sempre a assunção de que a informação (que se possui ou que se ignora) tem um efeito regulador dos comportamentos, sendo, portanto, um agente decisivo para as relações de poder entre indivíduos e entre comunidades (entendidas desde as comunidades locais até à esfera das nações).

O tratamento da informação como mercadoria valiosa precede a comercialização de jornais. Tanto o poder político como o poder religioso cedo demonstraram a consciência de que a administração da vida, especialmente do ponto de vista governativo e económico, mas também da fé, é afetada pela produção noticiosa. É, aliás, esta percepção que fundamenta os combates à expressão livre muito antes dos meios de comunicação de massas e do debate generalizado em torno do ideal de liberdade de expressão que se incendiaria no período da Revolução Francesa. O poder de que hoje falamos quando nos referimos aos meios de comunicação social, tradicionais ou eletrónicos, é antes de mais um poder impresso pela notícia. Noticiar sobre um acontecimento significa provocar ou inibir outros acontecimentos, ou seja, noticiar implica não tanto espelhar, ou *revelar*, o que se passa mas antes intervir no próprio curso da história. Quer isto dizer que a notícia não está encerrada exclusivamente na dimensão de representação da linguagem, dado que o que nela se joga não é apenas um princípio de dizibilidade do presente. Na notícia conjugam-se, aliás, os três tempos – o passado a que eventualmente se refere, o presente que funda em atualidade e o futuro para que se projeta o seu caráter performativo. Esta natureza da notícia está, de algum modo, em sintonia com o entendimento de Louis Quéré sobre o *acontecimento* como um “*fenómeno da ordem hermenêutica*” e como abertura a “*novas possibili-*

dades interpretativas” (Quéré, 2005). O acontecimento, segundo o autor, é o lugar de reconstituição do passado e do futuro. Neste sentido, constituída pelo acontecimento, a notícia é, simultaneamente, constituinte do acontecido e do acontecer. Eis, pois, por que razão a notícia é mais do domínio da experiência do que de um transcendente revelado. E por que a notícia, notificando a realidade através dos factos ocorridos, se expande para uma lógica de redefinição constante do que *há de vir*. É nisso que ela é simultaneamente a via de compreensão do passado e a direção ao agenciamento do futuro. Eça de Queirós, a quem voltaremos no próximo ponto, reconhecia em 1876, num artigo publicado no jornal *Distrito de Évora*, que

o jornalismo ensina, professa: alumia, sobretudo; ele é o grande construtor do futuro; não é só o facto d'hoje que o prende – isso é o menos: é o facto que o futuro contém; ele vai das relações presentes às relações futuras e mostra a revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido de justiça.

Em síntese, é no que há de profético na notícia, ou seja, no que ela precipita (e não no que ela antecipa), mais do que no que ela retoma da ação passada, que está o ponto crítico de toda a tarefa jornalística.

CRÍTICA E A NORMA LITERÁRIA

Com o aparecimento das primeiras folhas noticiosas impressas, no século XV, e dos primeiros jornais a partir do século XVII, agravou-se progressivamente a consciência de que a informação tem tanto de urgente e de vital como de perigoso e comprometedor. Ao referir-se ao impacto político da revolução da imprensa, num livro sobre as *revoluções na comunicação*, Bill Kovarik lembra que “a imprensa foi considerada perigosa pelos reguladores políticos da Europa” (Kovarik, 2011: 28), que não esperariam muito para desencadear mecanismos de censura altamente inibidores da atividade jornalística. Sob o suposto adágio de evitar os efeitos perniciosos da divulgação de falsidades, estes engenhos de inibição da difusão de informação (que incluíam, por exemplo a fixação de impostos às publicações periódicas) escondiam também o medo das *verdades inconvenientes*¹.

Pela atuação de aparelhos de censura mais institucionalizados ou mais informais, mais agressivos ou mais indulgentes, a produção e difusão de periódicos desenvolveu-se como uma atividade situada entre a luta pela liberdade e pela autonomia e uma inesca-

pável condescendência relativamente aos poderes político e económico. Seria deste percurso feito de ambiguidades que emergiriam, por um lado, a classificação do jornalismo ele próprio como um poder (o quarto ou o do contra), e, por outro, as aversões públicas contra o carácter pessoal e profissional dos jornalistas. Favorecido pelo crescimento do comércio (que reclamava informação sobre os preços, a necessidade e a disponibilidade de produtos) e pela expansão das preocupações políticas que agitaram a Europa nos séculos XVIII e XIX, o sucesso e a popularidade da imprensa não seriam, no entanto, nem gratuitos nem gratificantes para todos.

Como demonstramos em trabalhos anteriores (Oliveira, 2010; 2014), não obstante as perseguições políticas desencadeadas ao trabalho dos jornalistas, é nos círculos literários e nos movimentos de intelectuais dos séculos XVIII e XIX que encontramos alguns dos mais emblemáticos registos de apreciação dos méritos e desméritos dos “escritores de notícias”, das virtudes e dos vícios da imprensa (mais tarde ampliados pela rádio, pela televisão e também pela Internet) e das normas que viriam a inspirar a regulação ético-deontológica da profissão. Agravados pela contaminação da imprensa política, partidária e de opinião pelas ousadias da imprensa sensacionalista, estes juízos sobre a atividade jornalística formulados pelas elites culturais exteriorizavam um incómodo coletivo relativamente ao estilo e à qualidade das narrativas noticiosas. No sentido geral destes escritos lê-se o desprezo pelas peças jornalísticas, consideradas uma sub-literatura, e pelos jornalistas, muito pouco estimados por serem, dizia-se, profissionais sem escrúpulos, corruptíveis pelos mais variados interesses.

No círculo de expressão francesa, encontramos nomes como os de Voltaire, Rousseau, Diderot, Honoré de Balzac e Baudelaire, que corporizaram, no confronto com os jornalistas, os domínios da literatura e da filosofia como os únicos campos capazes de garantir a boa formação dos espíritos. No contributo que prestou à *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, organizada por Diderot, Voltaire faz um certo elogio às gazetas francesas, mas, numa entrada sob o título *Gazette*, considera que os jornais de Londres, “*exceto os da corte, estão frequentemente cheios dessa indecência que a liberdade da nação autoriza*”². Conta também Jeanneney que o mesmo Voltaire terá dedicado a Fréron, conhecido como um dos jornalistas franceses que, no século XVIII, sempre se terão manifestado contra os filósofos, os seguintes versos: “*No outro dia, ao canto de um pequeno vale / Uma serpente mordeu Jean Fréron. / Sabe o que aconteceu? / A serpente é que morreu...*” (Jeanneney, 1996: 41). Seria neste confronto entre filósofos e jornalistas

que também Rousseau se referiria ao jornal como “obra efêmera sem mérito e sem utilidade, cuja leitura, negligenciada e desprezada pelas pessoas letradas, não serve senão para dar vaidade sem instrução às mulheres e aos tolos” (cit. em Albert, Terrou, 1970: 15).

Balzac, por seu turno, dedicou uma monografia aos jornalistas do seu tempo, escrita originalmente em 1843, quando o jornalismo estava ainda longe de ser reconhecido como uma profissão. Em *Les journalistes – monographie de la presse parisienne*, Balzac faz a caricatura daqueles que ele chama “gente das letras”. É nesta obra que, em tom crítico, o escritor francês constata que “para o jornalista, tudo o que é provável é verdadeiro” (Balzac, 1998: 89). Como os seus pares franceses, Balzac reflete sobre o jornalismo a partir da norma da literatura. É nesse sentido que nos seus escritos, como em Diderot, Rousseau e Voltaire, o jornalismo aparece como uma produção anti-literária ou como uma literatura de segunda categoria. Numa passagem de *Ilusões Perdidas*, um dos mais extensos romances do escritor, Balzac traduz sem rodeios o alcance desta ideia de que os jornais são um produto inferior:

O jornal em vez de um sacerdócio, tornou-se um meio para os partidos, e de um meio passou a ser um negócio. Não tem fé nem lei. Todo o jornal é como disse Blondet, uma loja onde se vendem ao público palavras da cor que deseja. Se houvesse um jornal dos corcundas, haveria de provar noite e dia a beleza, a bondade, a necessidade dos corcundas. Um jornal não é um feito para esclarecer, mas para lisonjear as opiniões. Deste modo, todos os jornais serão, dentro de algum tempo covardes, hipócritas, infames, mentirosos, assassinos. Matarão as ideias, os sistemas, os homens, e, por isso mesmo, hão de tornar-se florescentes. Terão a vantagem de todos os seres pensantes: o mal será feito sem que ninguém seja culpado. (Balzac, 2004: 175)

As referências que aqui retomamos da língua francesa ilustram um modo de analisar o jornalismo e os jornais que toma por modelo a literatura, como se as normas literárias fossem a medida de apreciação de uma escrita que não tem o eterno da poesia. Ainda que não desvinculada destes padrões literários, a crítica de expressão anglo-saxônica e germânica do mesmo período acentua mais particularmente as supostas convivências entre o jornalismo e a política e entre o jornalismo e o campo econômico. O nome de Benjamin Jonson é talvez o primeiro que deve referir-se neste contexto. Dramaturgo, poeta e ator inglês, contemporâneo de Shakespeare, escreveu pelo menos dois trabalhos em que desen-

volve uma sátira direta aos jornais de negócios que emergiam no século XVII: *The staple of news*, uma comédia de 1631, que foi representada pela primeira vez em 1626, e *News of the new world discovered in the moon*, impressa em 1641. Retomada recentemente por um projeto brasileiro sob o título *Mercado de Notícias*, a primeira obra constitui uma crítica bem humorada sobre o jornalismo, cujas cenas, de acordo com esta re-edição brasileira, “revelam a espantosa visão crítica [de Ben Jonson], capaz de perceber na imprensa de notícias, recém-nascida, uma invenção de grande poder e grandes riscos”³. Na segunda obra, uma pantomina teatral escrita para ser representada na Corte Inglesa, Jonson empreende uma sátira à sociedade capitalista que começava a definir-se naquela altura e também uma sátira aos emergentes jornais de negócios que os capitalistas, especialmente, promoviam.

Na Alemanha é a Gustav Freytag que se deve uma das obras literárias que reprovavam a alegada falta de isenção dos jornalistas relativamente aos interesses de que são próximos. *Die Journalisten* é uma peça satírica escrita em 1854, que retrata as dinâmicas de dois jornais alemães e, na sequência, de dois tipos específicos de jornalistas. Por um lado, os que se dedicam à intriga e aos *affaires* mais privados que públicos; por outro, os que têm um caráter mais servil, mais apto a escrever à direita e à esquerda, como Schmock, a personagem que se tornaria na caricatura de uma espécie de jornalismo-camaleão. É numa das falas da personagem que Freytag denuncia esta fragilidade, quando Schmock, que o dramaturgo apresenta mais como vítima do sistema do que como vilão, diz ter aprendido “a escrever para todas as tendências. [...] Sei escrever segundo não importa qual inclinação” (Freytag, 1988: 46). É esta afirmação que faz de Schmock uma personagem marcante da obra, apesar de entrar em cena apenas no segundo ato.

Tendo-se apercebido da importância que os meios de comunicação social estavam a granjear no início do século XX, Arthur Schnitzler publicaria em 1916 *Flink und Fliederbusch*, uma comédia em três atos centrada na personagem do jovem jornalista de 23 anos, Fliederbusch. Como Schmock também esta personagem parece ter desenvolvido competências para escrever duas opiniões contraditórias sobre um mesmo assunto. E é por ele que Schnitzler transmite a ideia de que os jornalistas constituem um grupo de “mercenários sem escrúpulos”, “capazes de forjar a opinião pública e deformar a realidade, pelo que a informação poderia ter contornos de desinformação” (Oliveira, 2010: 121).

Entre Gustav Freytag e Arthur Schnitzler seria impossível não mencionar Karl Kraus, possivelmente

um dos críticos mais corrosivos de toda a história da imprensa. Terá ficado conhecido pela sua atividade como dramaturgo, ensaísta e poeta austríaco, mas é normalmente de par com o jornalismo que encontramos referência a este nome, que dedicou parte da sua vida a um combate contra a imprensa de Viena. Em *Die Fackel*, uma revista que publicou durante 37 anos, exercitou o ácido que pode haver nas palavras para chamar a atenção para o que lhe parecia ser os principais problemas da imprensa na viragem do século. Por um lado, a dependência dos jornais face aos poderes económico e financeiro; por outro, a concentração e a construção de impérios de jornalismo que poderiam ameaçar o pluralismo. Com inquietações de ordem mais económica do que cultural, Kraus não se acanharia a dizer que a imprensa se havia tornado na “*maior prostituta de Viena*”. O jornalismo era, para este austríaco, uma linguagem mercantilizada, instrumentalizada por interesses que, longe de servirem a boa formação da opinião pública, eram a causa da “*auto-mutilação do espírito humano*” (Kraus, 2000: 186).

Não são menos expressivas as críticas que também podemos resgatar na Língua Portuguesa. Crê-se que o pioneiro da verbalização destes juízos em Portugal tenha sido um padre e escritor chamado José Agostinho de Macedo, que exercia também funções de pregador real. Numa das numerosas publicações da sua extensa obra, sob o sugestivo título *Cordão da peste ou medidas contra o contágio periodiqueiro*, de 1821, Agostinho de Macedo escreve esta curiosa passagem sobre os periodiqueiros, um termo pejorativo para referir os jornalistas:

Mas quem são os periodiqueiros? É preciso conhecer o género, ou a casta de diabos, para se lhes fazer o competente exorcismo. No Evangelho fala-se de um género de demónios que não iam embora senão com o jejum, e eu creio que o jejum, ou a barriga vazia, é quem acarretou sobre as nossas cabeças a nuvem periodiqueira. [...] Fugi, diabos, ide para as vossas oficinas, tornai para a enchó, para o sarrafo. Se podes fazer bem uma cadeira, para que te metes a fazer tão mal um periódico? (Macedo, 1821: 3-4)

Um pouco adiante, terá dito ainda o pregador:

Se é praga deixar o próprio ofício para ser Periodiqueiro, ainda é maior flagelo não ter ofício nenhum, senão o de Periodiqueiro.

Vivia um ocioso pelos cantos dos botequins, desde que eles abriam, até que se fechavam, deste pilhava a torrada, daquele o jantar, nunca se sabia onde morava, nem onde dormia; o calote o vestia, o calote o calçava; e de repen-

te salta ao meio do mundo com um Periódico. [...] Que quer este Diabo com a folha diária ou semanária? Ilustrar a Nação. Como? Copiando muito mal da aluvião de Periódicos Castelhanos [...] (Macedo, 1821: 5-6)

Para além de Agostinho de Macedo, é o nome de Eça de Queirós que, em Portugal, mais associamos ao jornalismo no contexto da fase de transição entre o fim do século XIX e o início do século XX. Em passagens dos seus romances, como em *Os Maias*, a propósito dos episódios da vida quotidiana, ou mesmo nos escritos avulsos em publicações periódicas como o jornal *Distrito de Évora*, Eça de Queirós deixou em fragmentos pistas daquilo que seria a sua convicção pessoal sobre o valor do jornalismo e daquilo que é a expressão da sociedade da época. De *Os Maias* guardamos esta célebre frase de João da Ega para Carlos da Maia: “*Estes burros destes jornalistas! São a escória da sociedade!*”. Já em *Cartas a Fradique Mendes*, é a ligeireza de juízos dos jornalistas que inspira Queirós:

[...] quem nos tem enraizado estes hábitos de desoladora leviandade? O jornal – o jornal, que oferece cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, à meia-noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que rompem pela Redacção, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena sobre todas as coisas da Terra e do Céu.

Num outro registo, mais pessoal, publicado em 1876 no *Distrito de Évora*, Eça de Queirós parece reconhecer uma espécie de fatalidade que se abate sobre os jornalistas:

Há homens, há trabalhadores de ideias, filósofos que fazem o mesmo áspero trabalho incessante: mas esses têm a glória, que é como um bálsamo divino, derramado nos seus cansaços. O jornalista não: trabalha, luta, derrama ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos reflectidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia, pois bem, tudo isso passa, morre, esquece; aquela folha delgada e leve onde ele põe o seu espírito, a sua ideia, a sua consciência, a sua alma, perde-se, desaparece, some-se sem esperanças de vida de duração, de imortalidade, como uma folha de árvore ou como um trapo arremessado ao monturo.

Em qualquer um dos escritos assinalados nestas páginas, é à lupa da literatura, em conformi-

dade com as normas próprias de redação e de finalidade da literatura que os jornalistas e o jornalismo são escrutinados. Até à instituição do jornalismo como profissão, já em pleno século XX, é sobretudo diante dos supostos “homens da cultura” que os jornalistas parecem prestar contas pela sua atividade.

Por relação ao texto literário, o trabalho jornalístico era então apreciado em pelo menos três propriedades normativas. Por um lado, a qualidade da escrita. Considerado uma produção vulgar, o texto jornalístico era subestimado pela falta de sofisticação estilística. Não correspondia à elevação estética do romance. Por outro, a profundidade das ideias veiculadas. Vulnerável aos acontecimentos e à atividade política e cultural dos sujeitos da notícia, o enunciado jornalístico não tinha a consistência das grandes obras de pensamento. Não estava moldado à densidade metafísica do ensaio. Finalmente, a integridade intelectual dos jornalistas. Longe de serem titulares de pleno direito das ideias que difundiam, eram vistos como suscetíveis de cedência a interesses alheios. Não tinham a suposta incorruptibilidade de convicções dos pensadores cultos.

Embora não tivessem a formalidade das normas que se viriam a estabelecer mais tarde, estes princípios deram o mote para os parâmetros considerados basilares da profissão. A correlação entre os argumentos que serviam a crítica do jornalismo e dos jornalistas e a posterior parametrização da profissão não pode ser estabelecida senão a título conjectural, mas não será demasiado forçada a ligação destes juízos à consagração para o jornalismo de uma linguagem assumidamente simples, objetiva, direta e despretensiosa, à diferenciação de géneros jornalísticos que se afirmariam como distintos dos géneros literários e ao ajustamento de regras de conduta (como a obtenção de informação por meios legítimos e a imparcialidade do relato informativo) que visariam contrariar as suspeitas de convívio ao poder.

DA NORMA DEONTOLÓGICA À CONDIÇÃO ÉTICO-SITUACIONAL

À semelhança de todo o comportamento humano, também a atividade jornalística se regulou desde sempre, de algum modo, por princípios ético-morais. Foram, aliás, esses princípios que, mesmo sendo apenas um implícito, isto é, não estando fixados em código, disciplinaram as intervenções a que nos referíamos no ponto anterior. Num livro sobre *o lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*, Joaquim Fidalgo lembra que a ética está para além de pulsões e desejos in-

teriores, procurando “*alicerçar em razão as opções por aquilo que se considera o bem (ou o “melhor” de vários bens), por oposição ao que se considera mal*” (Fidalgo, 2009: 167). É por isso que, segundo o autor, “*a ética está, por assim dizer, a montante da norma, a montante das prescrições morais*” (Fidalgo, 2009: 167). Deste ponto de vista, a ética não é um exclusivo das atividades profissionais estabelecidas. Ela é, de um modo muito abrangente, o quadro de referência de toda a ação humana.

Do ponto de vista profissional, no entanto, a ética jornalística é entendida como condição de definição de um estatuto profissional. O imperativo de distinção relativamente ao campo da literatura haveria assim de sugerir a necessidade de fixar um regulamento normativo próprio. A industrialização da imprensa, os desafios da liberdade de expressão e o desconforto por uma história de má reputação seriam assim os fatores que, no início do século XX, desencadeariam todo um movimento que visava deslocar o jornalismo de uma tradição de pendor literário e de opinião para um novo modelo sustentado nos factos. Com efeito, crescendo a importância económica da informação difundida pelos meios jornalísticos, impor-se-ia um reconhecimento público da singularidade do jornalismo que não poderia continuar a ser examinado como um produto subordinado à literatura. Daí que se tenha aberto caminho para a regulação formal da atividade jornalística, que teria como impulso principal o trabalho desenvolvido pela Comissão Hutchins. Constituída durante a II Guerra Mundial, a também conhecida Comissão sobre a Liberdade de Imprensa tinha como propósito responder às críticas de que eram alvo os meios jornalísticos. O relatório final apresentado por esta comissão em 1947 haveria de confirmar a necessidade de reconhecer a responsabilidade social dos media, inspirando a adoção de códigos de conduta em diversos países, bem como a fundação da Organização Internacional de Jornalistas e da Federação Internacional de Jornalistas.

No seio da profissão prolongou-se então o discurso crítico das elites de escritores e intelectuais, agora por relação a códigos de conduta normalizados. Os próprios estudos jornalísticos, que se estabelecem especialmente no pós II Guerra Mundial, transportariam para o campo científico um certo tom moralista organizado por um *dever-ser*. O campo teórico desta área de investigação fundou-se, depois dos grandes estudos sobre os efeitos da comunicação de massas na opinião pública, em torno do *agenda-setting*, dos *valores-notícias*, do chamado *news-making*... que são, no fundo, uma espécie de *códigos de ética da ação*. De igual modo, nos trabalhos académicos mais vocacionados para a análise dos processos de produção e das condições de receção, há em muitos casos,

uma orientação ética, que não oculta uma tendência para pensar o jornalismo como uma missão que tem o dever de *fazer bem*. Espécie de “constrangimento virtuoso”, no dizer de Pierre Bourdieu, a reflexão ética visa uma função estabilizadora e tem um horizonte de perfeição. Ao confrontar a ação realizada com um *dever-ser universal*, a investigação comporta-se como uma espécie de regulador que, pela ação de pesquisa propriamente dita, enuncia muitas vezes um discurso que se arrisca à normatividade. Para Jane Singer, “os princípios normativos fundamentais são invocados para distinguir um confortável conjunto de práticas que conhecemos [...] daquelas que desconhecemos – e que, como seres humanos que somos, tendemos a recear” (Singer, 2015: 49).

Herdeira da exposição crítica enunciada nos círculos literários, a abordagem ético-moral que atravessou os estudos jornalísticos imprimiu na cultura científica uma certa ideia segundo a qual estudar o jornalismo e os jornalistas é, de algum modo, produzir juízos de valor que têm como referente os princípios absolutos de verdade, objetividade e imparcialidade. Daí que, em parte, toda a investigação de estudos jornalísticos esteja sempre vinculada a uma quase inevitável leitura ética do campo. Há, com efeito, critérios que são do domínio da ética, sempre que se analisa a cobertura jornalística de um determinado acontecimento, quando se procura compreender os efeitos de um determinado discurso jornalístico ou na discussão sobre a problemática da regulação do jornalismo e dos jornalistas. Sendo do domínio epistemológico, a reflexão sobre os limites da objetividade e sobre a insuficiência da ideia de representação associada à linguagem jornalística, a que nos referíamos no início deste artigo, é em si mesma uma reflexão imbuída de juízos ético-deontológicos.

Se a construção de uma identidade profissional para os jornalistas consagrou um paradigma de investigação ético-moral, a naturalização do discurso normativo relativamente ao campo jornalístico criou uma necessidade de conhecer as organizações mediáticas e os seus profissionais equivalente à necessidade de conhecer as organizações governativas e os políticos. Fundando as condições para fazer notícia de uma espécie de imagem endógena, o discurso normativo sobre o que o jornalismo *deve-ser mas nem sempre é* inspirou a criação de espaços noticiosos dedicados tanto à atividade como aos profissionais, ou seja, acrescentou valor-notícia ao próprio jornalismo e aos jornalistas.

Entendido por alguns como uma prática de autorregulação, o metajornalismo, ou o jornalismo sobre o jornalismo, constitui-se como um sucedâneo do discurso da(s) norma(s). Ele emerge da assunção

de que, sendo uma atividade regulada por princípios normativos, o jornalismo e os jornalistas também podem ser sujeitos da notícia, isto é, que, enquanto agentes sociais cujo discurso não é inconsequente, também são objeto de interesse público, não tendo um estatuto de suposta impunidade. Se o estabelecimento de códigos de conduta mais ou menos universais constituiu a condição necessária para a regulação formal da atividade, o metajornalismo expande a percepção segundo a qual o jornalismo não se mede apenas pelo cumprimento matemático de um conjunto de normas. É a complexidade da realidade a que ele reporta que o torna uma atividade difícil de circunscrever a um cálculo ético.

Remetendo para si próprio como parte da realidade, o metajornalismo recusa a prioridade da realidade ou de qualquer transcendente ético-moral. Em textos factuais ou de opinião, em colunas de provedores ou em ‘meta-reportagens’, estas práticas que apelidamos de metajornalísticas (Oliveira, 2010) visam essencialmente a contextualização da ação jornalística. Se a ética tem uma função essencialmente estabilizadora, o metajornalismo apresenta-se como a possibilidade de uma função de desocultação, que é particularmente desempenhada pelos provedores dos leitores, ouvintes e telespectadores quando procuram esclarecer os procedimentos que estão implicados na ação jornalística. Num livro intitulado *Les Planqués – le journalisme victime des journalistes*, o investigador canadiano Marc-François Bernier atribui ao metajornalismo uma função equivalente à de desocultar: a função de “*desmistificar a profissão aos olhos do público*” (Bernier, 1995: 182). María Dolores Meneses Fernández estudou as notícias sobre a imprensa espanhola no período da transição democrática exatamente por causa desta função de desocultação ou de desmistificação que desempenham “os textos jornalísticos cujos conteúdos aludem ao jornalismo, aos jornalistas e ao setor da imprensa” (Meneses Fernández, 2008: 14). A propósito dos textos que analisou, declara a autora:

Os jornalistas informavam das condições do exercício da sua profissão e dos assuntos que a ela concerniam no seu meio de trabalho: os jornais. Era uma informação que longe de ser esporádica, casual ou anedótica, bem pelo contrário dava conta continuada de preocupações graves e fundas da profissão. (Meneses Fernández, 2008: 21)

Autorreferencial na medida em que remete para si mesmo, se relata a si mesmo, o metajornalismo caracteriza-se por uma relativização constante dos princípios que a ética tomaria como absolutos. Ao levar às últimas consequências a prioridade da experiência sobre o discurso puramente normativo, o

metajornalismo não se interessa por identificar um princípio unificador da experiência (que é o que faz a ética ao procurar reconciliar a experiência com o *a priori da experiência*); ele procura antes compreender os modos como a discursividade pode suspender a estabilização ilusória da experiência.

Crítica prática, e nunca idealista, este metadiscurso pressupõe o exercício jornalístico de uma competência social, para falar nos termos de Bourdieu (1998), ou de uma consciência prática, na expressão de Anthony Giddens (Giddens, 1990). Num entendimento pragmático da prática jornalística, trata-se de ter em conta não apenas os princípios que transcendem a ação mas também os contextos e os intervenientes. Promovendo um conhecimento menos formatado, o metajornalismo oferece-se, assim, como a via para uma mudança de paradigma nos estudos jornalísticos, alicerçado num princípio ético-tensio-

nal ou ético-situacional, que tenha em conta não apenas o confronto dos enunciados com as referências *a-priorísticas* mas também as circunstâncias da própria enunciação, o que significa admitir o confronto com o que está *in actu*. Por outras palavras, significa ver nesta autorreferencialidade uma nova condição ética, feita das tensões próprias da experiência.

NOTAS

¹ Num capítulo dedicado à revolução da imprensa, Alejandro Pizarroso Quintero conta, por exemplo, que Pio V, reunido em consistório com os cardeais em 1570, terá lançado uma invectiva contra os autores de notícias com efeitos prejudiciais para o Papado e o coletivo de cardeais, bispos e demais prelados da Igreja (Pizarroso Quintero, 1996).

² In *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, tomo XV [FOR-GEN]. Acedido em http://www.e-rara.ch/gep_r/id/5329237.

³ Ver <http://www.omercadodenoticias.com.br/projeto/#sinopse>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Austin, J. L., 1986, *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press.
- Balzac, H. de, 1998, *Les journalistes – monographie de la presse parisienne*, Paris, Éditions Arlea.
- Balzac, H. de, 2004, *Ilusões perdidas*, Lisboa, Dom Quixote.
- Bernier, M. F., 1995, *Les planqués – le journalisme victime des journalistes*, Québec, VLB éditeur.
- Bourdieu, P., 1998, *O que falar quer dizer*, Lisboa, Difel.
- Fidalgo, J., 2009, *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*, Lisboa, FCG/FCT.
- Freytag, G., 1988, *Die Journalisten*, Stuttgart, Reclam.
- Giddens, A., 1990, “El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura”, em Giddens, A., Turner, J. et al., *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 254-289.
- Halimi, S., 1998, *Os novos cães de guarda*, Oeiras, Celta.
- Herrscher, R., 2002, “A universal code of journalism ethics: problems, limitations, and proposals”, *Journal of Mass Media Ethics*, vol. 17, no 4, pp. 277-289.
- Jeanneney, J.-N., 1996, *Uma história da comunicação social*, Lisboa, Terramar.
- Kovarik, B., 2011, *Revolutions in communication. Media history from Gutenberg to the digital age*, London, Bloomsbury.
- Kraus, K., 2000, *Cette grande époque*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- Macedo, J. A., 1821, *O cordão da peste ou as medidas contra o contágio periodiqueiro*, Lisboa, Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Meneses Fernández, M. D., 2008, *Noticias sobre la prensa. Imagen propia en la Transición democrática*, Barcelona, Fragua.
- Oliveira, M., 2010, *Metajornalismo. Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*, Coimbra, Grácio Editor.
- Oliveira, M., 2014, “Jornalismo, literatura e a poesia dos dias”, em Moura, D., Geraldés, E., Pereira, F., Oliveira, M., Adghirni, Z., *Jornalismo e literatura: aventuras da memória*, Brasília/Braga, UnB/CECS, pp. 133-147.
- Pizarroso Quintero, A., 1996, “A revolução da imprensa”, em Pizarroso Quintero, A., *A história da imprensa*, Lisboa, Planeta Editora, pp. 29-57.
- Quéré, L., 2005, “Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento”, *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, no 6, pp. 59-75.
- Schramm, W. L., 1988, *The story of human communication. Cave printing to microchip*, New York, Harper & Row Publisher.
- Singer, J., 2015, “Sem medo do futuro: ética do jornalismo, inovação e um apelo à flexibilidade”, *Comunicação e Sociedade*, vol. 25, pp. 49-66.
- Terrou, P. A., 1970, *Histoire de la presse*, Paris, Presses universitaires de France.



Pt. O reconhecimento do poder do jornalismo como atividade constitutiva, isto é, como prática que age sobre o curso da história, conduziu a uma necessidade crescente de refletir sobre a ética dos procedimentos de recolha e tratamento da informação. Alvo de críticas frequentes enunciadas por escritores e intelectuais que, no século XIX, encaravam o jornalismo como uma literatura rafeira, os jornalistas passaram, a partir da segunda metade do século XX, a estar sob o olhar escrutinador da sociedade. Se a sua condição sempre foi, de algum modo, a de “vigilantes” dos poderes instituídos, a de uma espécie de “novos cães de guarda”, no dizer de Serge Halimi (1998), com o tempo, a consciência de que a vigilância também pode ser encarada como o exercício de um poder contribuiu para uma ideia de que também seria necessário “vigiar os vigilantes”. Quer na perspectiva profissional quer na perspectiva científica, desenvolveu-se então um discurso profundamente normativo em relação ao jornalismo e aos jornalistas. A definição de um estatuto profissional específico arrastou consigo a fixação de códigos de ética e deontologia que atribuíram a esta atividade um sentido de *dever ser*. Em consequência, alargou-se a toda a opinião pública a perceção de que tanto a conduta dos jornalistas como os efeitos da produção jornalística e da ação dos média se inscrevem num conjunto de normas reguladoras que explicitam os limites da atividade. Neste artigo, revisitamos o percurso que conduziu a uma perspectiva normativista do jornalismo. Por outro lado, reconhecendo que o jornalismo ganhou progressivamente valor-notícia, retomamos o conceito de metajornalismo para explorar uma via alternativa ao discurso convencional da norma. Com efeito, ao considerar o jornalismo sobre o jornalismo como uma prática autorreferencial, tomamo-lo no avesso do exercício normativista, deslocando o paradigma dos estudos jornalísticos de uma ética transcendental para uma ética situacional.

Palavras-chave: metajornalismo, normatividade, autorreferencialidade, ética situacional.

En. The recognition of journalism’s power as a constitutive activity—that is, as a practice that shapes the course of history—has heightened the need to reflect on the ethics of the procedures involved in the collection and construction of news. Whereas, in the nineteenth century, journalism was the target of criticism from writers and intellectuals who considered it as coarse literature, from the second half of the twentieth century onwards, journalists began to be scrutinized by society. If the role of journalists had always been, as it were, to monitor the powers that be, to act as kinds of “new watchdogs” in the words of Serge Halimi (1998), it appeared over time that surveillance could also be considered as an exercise of power, and as such, that the “watchers” needed to be “watched.” In this regard, a deeply normative discourse developed in both professional and scientific circles. A specific professional status was defined, bringing along codes of ethics which garnered journalistic practice with a sense of duty. As a result the general public perception is that the role of journalists, the effects of journalistic production and the way media act are all accountable to regulatory norms that set the boundaries of the activity. In this article, we revisit the history that led to the emergence of a normative perspective of journalism. While acknowledging that journalism has gained progressively in “news value,” we propose a return to the concept of meta-journalism in order to explore an alternative to the classical discourse of the norm. Indeed, by considering “journalism on journalism” to be a self-referential practice, we adopt an inverse approach to the normative exercise by shifting the paradigm of journalism studies from a transcendental ethos to a situational one.

Keywords: meta-journalism, normativity, self-referentiality, situational ethics.

Fr. La reconnaissance du pouvoir du journalisme comme activité constitutive, c'est-à-dire comme une pratique qui agit sur le cours de l'histoire, a fait croître la nécessité de réfléchir sur l'éthique des procédures de collecte et de traitement de l'information. Cibles de critiques fréquentes énoncées par des écrivains et des intellectuels qui, au XIXe siècle, considéraient le journalisme comme une littérature bâtarde, les journalistes sont passés, à partir de la seconde moitié du XXe siècle, sous le regard scrutateur de la société. Si le rôle des journalistes a toujours été, en quelque sorte, celui de 'vigie' des pouvoirs institués, une espèce de « nouveaux chiens de garde », selon les mots de Serge Halimi (1998), une prise de conscience du fait que la surveillance peut également être considérée comme l'exercice d'un pouvoir, et qu'en cela, elle rend nécessaire de « regarder les vigies » est apparue. Tant dans les perspectives professionnelles que scientifiques s'est développé un discours profondément normatif par rapport au journalisme et aux journalistes. La définition d'un statut professionnel spécifique a entraîné la mise en place d'une éthique et de codes de déontologie qui ont associé à cette activité un sens du *devoir être*. En conséquence s'est répandue la perception, dans toute l'opinion publique, que tant le rôle des journalistes que les effets de la production journalistique et de l'action des médias font partie d'un ensemble de normes réglementaires qui régissent les limites de l'activité. Dans cet article, nous revisitons l'histoire qui a conduit à l'émergence d'une perspective normative du journalisme. Tout en reconnaissant que le journalisme a gagné progressivement en « *news value* », nous proposons de revenir au concept de métajournalisme afin d'explorer une voie alternative au discours classique de la norme. En effet, lorsque l'on considère la pratique du journalisme sur le journalisme comme une pratique autoréférentielle, nous adoptons la démarche inverse de l'exercice normatif, en faisant glisser le paradigme des études du journalisme d'une éthique transcendantale à une éthique situationnelle.

Mots-clés : métajournalisme, normativité, autoréférentialité, éthique situationnelle.

